

ENTREVISTA COM MOACIR PALMEIRA

Os trabalhadores rurais, as ciências sociais e a política

Ricardo Luiz Cruz (UFMA)¹

O antropólogo Moacir Palmeira, professor titular do Museu Nacional – UFRJ, vem não apenas acompanhando de perto as transformações ocorridas no espaço rural brasileiro, ao longo dos últimos cinquenta anos, como também sinalizando para diferentes gerações de pesquisadores uma série de questões a respeito dessas mudanças. Esta entrevista é mais uma prova da acuidade do seu olhar etnográfico e da perspicácia da sua visão analítica frente à irrupção do novo na sociedade. Sua preocupação com as dimensões estruturais e estruturantes das transformações sociais se coaduna com seu interesse pelas representações e ações dos agentes. Não é sem razão que a vida política, nas suas variadas formas de expressão e como um lugar privilegiado para se observar a relação entre o que é da ordem da estrutura e o que é da ordem do evento ou do novo, ocupe um lugar central nas suas reflexões e questionamentos. Sua percepção de que os cientistas sociais ainda não se deram conta o suficiente do significado histórico da emergência dos trabalhadores rurais como sujeitos de direito ou cidadãos no Brasil deve ser vista como um alerta de alguém que vivenciou a história e as histórias por trás das lutas dessas pessoas para serem reconhecidas dessa maneira.

De acordo com Pierre Bourdieu, “uma das razões importantes de se querer entender o mundo é ter interesse político no mundo”. A obra de Moacir Palmeira parece ser animada por um desejo profundo de que o universo dos direitos se amplie no país. Não é à toa que seus textos apontam para uma “antropologia da cidadania” feita a partir da perspectiva dos trabalhadores do campo, ou seja, que leva em conta as estruturas sociais e simbólicas que dão sentido às suas ações. Se, como também afirma Bourdieu, o interesse político do intelectual deve envolver a transformação de problemas científicos em problemas políticos – e não o contrário -, talvez o que Moacir Palmeira esteja igualmente nos propondo é levar para o debate público uma atenção redobrada em relação ao modo como as pessoas se tornam cidadãos, como é o caso dos conflitos, desencontros, tensões e incompreensões em torno da incorporação dos trabalhadores do campo no universo dos direitos. Os cientistas sociais teriam um papel crucial em ajudar a tornar inteligíveis os dilemas da extensão da cidadania no país.

RICARDO CRUZ: Você cursou sociologia, na PUC-RJ, ao longo da primeira metade da década de 1960. Foi na graduação que teve início seu interesse em estudar os movimentos camponeses que adentravam na cena política nacional?

MOACIR PALMEIRA: O meu interesse (em estudar os movimentos camponeses) vinha de antes da graduação, mas foi, efetivamente, logo no primeiro ano da graduação que esse interesse ganhou mais força. Eu tenho uma trajetória acadêmica que soa esquisita hoje. Nessa época, não tínhamos ainda esse esquema de mestrado e doutorado no Brasil,

tinha o doutorado à francesa, era aquele período das cátedras nas universidades. Então, alguém, aqui ou ali, depois (da graduação) fazia o doutorado, aquele concurso muito cheio de parafernália. Não era uma coisa muito incorporada à vida acadêmica, como se tornou daí para frente. Quando entrei na PUC, a questão dos camponeses já era uma preocupação, eu acompanhava com muito interesse a movimentação das Ligas Camponesas. Do primeiro para o segundo ano da faculdade, um professor nosso, aqui do Rio, Geraldo Semenzato, foi chamado, pelo professor Thales de Azevedo, da Bahia, para trabalhar lá no Instituto de Ciências Sociais que ele acabara de criar. A ideia do Instituto era ser um centro de pós-graduação e pesquisa. Estavam querendo fazer uma das primeiras tentativas de mestrado no Brasil. Parece que eles tentaram uma primeira seleção e não deu certo. Resolveram abrir, então, para pessoas que ainda estavam cursando a graduação.

Aqui do Rio de Janeiro se candidataram: o Sérgio Lemos, o Otávio Velho, o Luiz Antônio Machado da Silva e eu. Passamos os quatro, mas o Otávio, por problemas de família, resolveu ficar no Rio. Machado, Sergio e eu fomos para a Bahia em agosto de 1962 – em julho tinha sido a seleção. Ficamos um ano em Salvador, estudando no Instituto de Ciências Sociais. Era um esquema de tempo integral: entrávamos às sete, oito horas da manhã e saíamos às seis da tarde. Almoçávamos por lá. Os cursos eram, geralmente, pela manhã e à tarde tínhamos palestras. Tinha também o trabalho, supervisionado, na biblioteca. Foi tudo extremamente importante. Não quer dizer que a PUC não tenha sido. O primeiro ano de PUC foi fantástico. Naquele episódio da renúncia do Jânio,

pessoas de diferentes trajetórias se juntaram em defesa da legalidade. Começamos a discutir sistematicamente as questões políticas. Mencionei, logo (de início), a coisa da Bahia porque no exame que fizemos para entrar, eles deram uma lista de artigos e tínhamos que escolher dois. Um dos artigos que escolhi era sobre a reforma agrária. Depois, tivemos que fazer um trabalho na metade do curso. Fiz sobre as Ligas Camponesas. Você vai achar estranho, mas como estávamos estudando o funcionalismo, o trabalho era uma tentativa de análise funcional das Ligas. Depois, lá na Bahia mesmo, entre um semestre e outro, tivemos a oportunidade de participar de uma pesquisa de campo. Eram 11 estudos de campo em 9 Estados que o Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola estava fazendo sobre posse e uso da terra no Brasil. Na Bahia, foram duas as áreas estudadas. Luiz Antonio Machado e eu, orientados por Maria de Azevedo Brandão, ficamos, um mês, morando num povoado de camponeses, na área litorânea de Camaçari, enquanto Sergio Lemos acompanhou Semenzato na área do cacau – Itabuna foi o outro polo de estudo. Então, foi mais uma experiência na área rural. No primeiro ano da sociologia, já tínhamos feito, seis meses depois de entrarmos no curso, uma pesquisa sobre remigração no Nordeste. Ficamos um mês percorrendo o interior de Alagoas, entrevistando pessoas que tinham migrado para o Sudeste, e retornando ao lugar de origem.

Então, fomos acumulando pesquisas no campo. Isso, de algum modo, se encontrava com as nossas preocupações políticas. Essa turma, lá na PUC, foi marcante porque – com o Sergio Lemos puxando – levantou a ideia de que uma escola de sociologia não era para formar

– como estava um pouco na origem do Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais – uma elite política. Muita gente, por exemplo, ia para lá para depois fazer o Itamaraty ou seguir outros caminhos. Insistimos muito, nossa turma teve uma briga muito grande na escola, logo que entrou, porque defendíamos a profissionalização, sem abrir mão dos posicionamentos políticos. Muitos professores ajudaram. Não é por acaso que boa parte da turma seguiu carreira como sociólogos, antropólogos e cientistas políticos. Foi muito por aí que entramos na política estudantil.

Na época, nos articulamos com o pessoal da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje, UFRJ) e promovemos um seminário que também nos jogou mais dentro da política porque a PUC vetou a presença de alguns dos convidados. Um deles, por exemplo, foi vetado por ser ateu, então foi uma verdadeira rebelião. Esse período realmente foi muito quente. Era um período em que a esquerda católica estava começando a se implantar e alguns padres, nesse primeiro momento, tiveram um papel importante. Mas nos articulamos também outros setores estudantis e conhecemos, dentro da própria PUC, um período de lutas políticas muito intensas. Dentro da Engenharia havia um grupo de direita chegado a ações violentas. Numa ocasião, invadiram um seminário que estávamos fazendo lá (na PUC). Quando veio o golpe – eu não estava no Rio, estava na Bahia – a primeira providência deles foi quebrar o nosso diretório acadêmico. Esse era um pouco o clima. Ao mesmo tempo em que participávamos dessas lutas políticas, tínhamos um grupo de trabalho. Professores, como o Cândido Mendes, faziam seminários conosco, à

noite, na casa deles. Fazíamos também, é claro, seminários só nossos (os alunos). Foi realmente uma intensidade de estudo e militância política muito grande.

Bom, para voltar a sua pergunta: naquela época, havia uma preocupação muito ampla com o mundo rural, que ainda concentrava boa parte da população brasileira, e a questão da terra no Brasil, especialmente no Nordeste, onde as ligas camponesas se espalhavam, estava na ordem do dia. Assim, antes mesmo de entrar para a PUC, eu já havia lido um bocado sobre isso. A escolha da Sociologia estava muito ligada à ideia de entender melhor essas coisas.

RC: Sua pesquisa, realizada durante a graduação, sobre a questão do banditismo político no interior de Alagoas, tinha como pano de fundo, segundo você disse numa entrevista, entender a inexistência das Ligas Camponesas nesse estado, na medida em que elas estavam presentes em outros estados do Nordeste. Até que ponto havia, de sua parte, uma expectativa de que as formas “tradicionais” de mobilização política no campo estavam fadadas a serem suplantadas, mais cedo ou mais tarde, por formas “modernas” como os sindicatos de trabalhadores rurais, por exemplo?

MP: Exatamente, a coisa era essa. Acabei indo estudar o banditismo político porque eu tinha feito um trabalho intermediário, durante meu curso na Bahia, sobre as Ligas Camponesas e nisso eu fui me situando, lendo mais sobre o assunto. Havia alguns trabalhos escritos em jornais; artigos e entrevistas de (Francisco) Julião, coisas assim. Era um momento em que as Ligas já não estavam apenas em Pernambuco,

tinham se espalhado pelo Nordeste, mas Alagoas não entrava nesse mapa. Posteriormente, vim saber, que houve algumas tentativas no estado, mas pouca gente sabia (estou falando de 1961/1962). Me chamava a atenção que, em estados como Pernambuco e a Paraíba, os grandes divisores de água da política, como aquele que opunha os grandes proprietários da área canavieira aos grandes coronéis do sertão, estavam sendo quebrados por uma oposição entre camponeses - no sentido mais amplo, de trabalhadores do campo - e os grandes proprietários. Em Alagoas, poucos anos antes (em 1957), tinha havido o “massacre da Assembleia Legislativa”, um tiroteio dentro da Câmara Estadual, em que até metralhadoras foram usadas, resultando em uma morte e em muitos gravemente feridos. Se você pegasse os jornais (de Alagoas) da época, não se falava de liga, sindicato rural ou mobilização camponesa. O problema eram essas brigas entre grupos familiares, grupos políticos e familiares, onde a violência era muito presente. Isso era para mim um sinal de atraso.

RC: Até que ponto o golpe de 1964 afetou seus interesses em estudar os movimentos camponeses?

MP: O golpe afetou a trajetória da minha geração. Por exemplo, no ano que antecedeu o golpe, eu tinha, como projeto pessoal, voltar para Alagoas. Apesar ter vindo criança para cá (Rio de Janeiro), meus irmãos e eu éramos muito referidos a Alagoas e qualquer espaço de férias íamos pra lá. Nesse período anterior ao golpe eu e alguns amigos, que também eram posicionados à esquerda, estávamos criando lá um centro de cultura popular,

mas a ideia era que também fosse um centro de pesquisas. Isso era inspirado em outra iniciativa: Maria de Azevedo Brandão estava criando um centro desses na Bahia, e como estávamos com aquele programa nacional de alfabetização, era possível, inclusive, conseguir alguns recursos para desenvolver isso. Estávamos investindo na direção de criar esse centro e se pretendia trabalhar nisso sistematicamente. Mas, com o golpe, essas coisas foram brecadas. Essa reviravolta um pouco que fechou os caminhos que tínhamos imaginado. Nos dois, três anos, que se seguiram, continuamos participando de pesquisas no Rio, no Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais e na Cândido Mendes sobre temas os mais diversos. Foi quando surgiu a possibilidade de ir para a França participar de um projeto de pesquisa no Institut des Hautes Études d’Amérique Latine, dirigido na época por Pierre Monbeig, que me abriria a possibilidade de realizar uma pesquisa pessoal, no Brasil, sobre “Implicações Políticas do Desenvolvimento do Capitalismo no Campo”. O projeto maior não emplacou, mas surgiu a possibilidade de fazer o doutorado em Paris. Consegui, no primeiro semestre de 1969, concluir a tese – “Latifúndio e Capitalismo no Brasil: leitura crítica de um debate” – que, embora aprovada pelo orientador no mesmo ano, só viria a ser defendida no início de 1971. Estava ainda na França quando recebi o convite do Roberto Cardoso de Oliveira para trabalhar no Museu Nacional. O Otávio (Velho) trabalhava com ele e foi quem sugeriu meu nome. Acabou que estou aqui até hoje.

RC: Em 1969, você inicia uma pesquisa em Pernambuco, tendo como pano de fundo entender as mudanças na *plantation* tradicional, em especial a questão da emergência de um campesinato no bojo desse processo de transformação. Para sua surpresa, você logo se deparou com expressivas mobilizações populares organizadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais da zona da mata pernambucana. Como explicar a atuação desses sindicatos nesse contexto de repressão política no campo?

MP: Para mim foi a grande descoberta porque, naquele momento em que voltei da França, parecia não haver caminho pra tentar reverter a situação política que não passasse pela luta armada. Quando cheguei ao campo, para minha surpresa, encontrei um movimento sindical atuante. A capacidade política desse pessoal era impressionante, conseguiam manter os trabalhadores reivindicando apesar de toda a repressão. No auge da ditadura, deparei-me com grupos de trabalhadores na porta das Juntas do Trabalho, aguardando ao julgamento de processos que abriam contra usineiros e fornecedores de cana que não estavam respeitando seus direitos. Ao invés de ações individuais, os sindicatos usavam as ações plúrimas, que envolviam dezenas e, às vezes, centenas de trabalhadores. Se as greves propriamente ditas haviam cessado, as paralisações do trabalho na cana eram frequentes.

Essas ações tinham consequências. As intervenções nos sindicatos eram muito frequentes. O STR de Palmares – em cuja criação Gregório Bezerra foi uma figura importante – sofreu, entre 1964 e 1972, cinco intervenções do Ministério do Trabalho (houve até intervenção na intervenção), sendo que a última se

prolongou por cinco anos. O Sindicato de Carpina, na Mata Norte do estado e em cuja origem foi importante a atuação da Igreja Católica, que me lembre, sofreu no mesmo período três intervenções. Tanto num quanto noutro, cada vez que eram feitas eleições, os trabalhadores que haviam participado das mobilizações anteriores a 64 ganhavam e as lutas eram intensificadas.

RC: De que maneira a emergência de um campesinato na zona da mata nordestina esteve relacionada com o surgimento das feiras nesse espaço?

MP: Lendo a literatura sobre estrutura agrária no Brasil, sobretudo, o debate “feudalismo versus capitalismo”, havia coisas recorrentes, como a descrição da relação entre o proprietário e o trabalhador permanente. As diferenças tinham a ver com o rótulo que lhe era atribuído, onde entravam as divergências políticas. Mexendo com essa literatura, essa relação do senhor de engenho com o morador me chamou a atenção. Na tese, tentando fugir àquele impasse, propus que tratássemos a *plantation*, o latifúndio “como se fosse” um modo de produção específico. A pesquisa foi montada um pouco em cima disso: entender a relação entre o senhor de engenho e o morador, em que, na sua versão mais o comum, o primeiro (morador) recebia uma remuneração em dinheiro que, no limite, era toda absorvida pelo barracão do engenho, onde o morador estava permanentemente endividado. Os autores diziam: “se ele deve obediência ao senhor de engenho, (o sistema) é feudal, se recebe salário, é capitalista.” Na pesquisa (em Pernambuco) fui entender melhor isso. Os que moravam na rua do engenho não tinham uma roça ou

ela era muito precária, diferentemente daqueles que tinham uma casa mais distante da sede (do engenho) e que conseguiam manter seu roçado ou de um foreiro que era mais autônomo, embora ambos tivessem que dar alguns dias de trabalho gratuito ao proprietário. Os que viviam simplesmente do trabalho na cana dependiam, para se abastecer, basicamente, do barracão do engenho. Era um esquema de endividamento, na hora em que iam receber o salário, não tinham dinheiro suficiente para pagar (suas dívidas). Se a dívida era, periodicamente, renegociada, isso ia mantendo eles presos àquela fazenda, àquele engenho.

Eu tinha lido um trabalho do Sidney Mintz sobre a Jamaica em que ele falava do comércio clandestino que os escravos faziam. Eles tinham o seu roçado e, clandestinamente, vendiam e conseguiam algum dinheiro. Então houve trocas e surgiram pequenas feiras em cima disso. Um pouco antes, havia lido um trabalho de um geógrafo francês, Patrick Callamard du Genestoux, que tinha feito estudos recentemente em Pernambuco, que assinalava o crescimento das feiras na área canavieira. Até então, as feiras eram muito importantes no Agreste e no Sertão, mas não na Zona da Mata. O que estaria havendo?

Todos os autores que escreviam sobre a região davam destaque à expulsão dos moradores dos engenhos, que identificavam como um processo de proletarianização. Mas o que vimos, com uma pesquisa que procurou cobrir todo o espectro de posições e oposições sociais (para usar uma fórmula de Bourdieu) é que, se a expulsão tinha a ver com a mecanização do trabalho nos canaviais, que estava começando, e com uma estratégia dos proprietários para se

livrar das obrigações trabalhistas que começavam a enfrentar, ela também refletia a dificuldade de alguns senhores de engenho em retomar a atividade canavieira, depois de um período de crise no mercado internacional do açúcar, preferindo vender os seus engenhos.

Como para aqueles proprietários era mais negócio, para fins de venda, retalhar as suas terras, houve um pequeno espaço para que antigos foreiros e moradores comprassem pequenas áreas, onde passaram a praticar a sua própria agricultura. Para esses novos pequenos produtores as feiras eram o lugar indicado para vender a sua produção. Do outro lado, tanto para esses novos produtores como para os camponeses do Agreste, a feira passara a ser o local de compra por excelência daquela multidão de moradores expulsos dos engenhos, agora “trabalhadores da rua”. Aliás, as feiras também abriam espaço para estes últimos como vendedores de mercadorias e transportadores de carga etc. Dentro da pesquisa maior, dediquei-me especialmente a essa oposição feiras-barracões, que se mostrou importante para a compreensão das mudanças sofridas pelo mundo da plantation.

RC: A partir de 1979, você passa a ver, sob a ótica da teoria da reciprocidade, as relações entre os moradores dos engenhos de cana-de-açúcar e os barracões existentes neles. Até que ponto as categorias oriundas da economia ou de um pensamento econômico, como a noção de troca enquanto um intercâmbio notadamente mercantil, por exemplo, se colocaram como um obstáculo para você entender não só o papel dos barracões na imobilização da mão de obra como também outras questões de pesquisa?

MP: Primeiro não sei se a gente poderia dizer que a troca é uma categoria econômica. Quando (Marcel) Mauss está falando da troca, ele não está pensando numa operação econômica. Num trabalho como o do (Marshal) Sahlins, ele está colocando a troca como um conceito muito mais universal, sem que isso implique, necessariamente, na configuração de uma economia, no sentido em que se passou a ser dado ao termo na vigência do sistema capitalista.

RC: Você está falando de obrigações sociais também...

MP: Isso. Essa era a minha preocupação, não reduzir esse tipo de troca, esse tipo de dívida contraída no barracão ao que seria uma relação mercantil. Me parecia que a relação de morada seria capaz de dar conta da troca que se estabelecia com o barraqueiro, dessa relação da casa grande com a casa do morador, com a família, o controle que se tinha do morador. Mas, mexendo com outras coisas, e ao reler o “Engenho de Açúcar no Nordeste”, do Manuel Diegues, vi o quanto ele tinha ido longe naquele livro, uma coisa simples, mas muito direta. Ele tinha acrescentado o barracão àquele esquema do Gilberto Freyre, que incluía a casa grande, a senzala e a capela. Aí foi me dando um estalo. Tanto Gilberto Freyre quanto Diegues falam de choques entre o senhor de engenho e o pároco. Eu já tinha encontrado ao longo da pesquisa, disputas entre o senhor de engenho e o barraqueiro. Pareceu-me, então, que cada uma dessas frentes tinha uma lógica própria. O barracão não funciona nos termos da lógica da morada, mesmo que essa seja a lógica dominante. O trabalho do senhor de engenho é o de articular essas várias frentes e isso, inclusive, vai se mostrar, com mais nitidez, nos

desentendimentos entre os barraqueiros e os senhores de engenho, nas situações em que o próprio senhor de engenho era barraqueiro ou tinha um barraqueiro que era um morador dele. O (Manuel) Diegues chamava atenção que vários engenhos tinham, ao invés da capela, o quarto dos santos, uma peça da casa onde havia um oratório. As missas eram dentro dele. Isso seria uma maneira de submeter o agente da igreja, que vai celebrar ali alguma coisa, à autoridade do senhor de engenho. A questão dos senhores de engenhos era articular essas várias frentes.

RC: Pode-se dizer que os trabalhadores rurais brasileiros se reconhecem e são reconhecidos, cada vez mais, como cidadãos ou sujeito de direitos?

MP: Você chegou a ver um CD que a Renata (de Castro Menezes) e o Edmundo (Pereira) fizeram com as músicas do movimento sindical?

RC: Não.

MP: Esses cânticos de luta são músicas que eles cantavam nas reuniões. Tem uma que é realmente emocionante. Foram dois dirigentes que fizeram. Começa com a frase: “a liberdade é uma coisa tão bela”, e segue por aí. Nas pesquisas que fizemos na área canavieira de Pernambuco, não foi necessário perguntar por essas coisas. Os próprios trabalhadores dividiam o tempo em “antes e depois dos direitos”. Na entrada dos anos 2000, numa pesquisa sobre assentamentos de reforma agrária em diferentes regiões do país, ao lado de críticas à situação dos assentamentos, havia muitos pontos positivos destacados, o mais frequente dos quais era “agora somos livres”.

RC: De que modo as ciências sociais contribuíram para o reconhecimento político dos trabalhadores do campo e de suas organizações representativas?

MP: Olha, eu acho que eles contribuíram mais com as ciências sociais do que as ciências sociais com eles. É incrível, mas foram poucos estudiosos que perceberam o significado do Estatuto do Trabalhador Rural. Até hoje não se conseguiu dimensionar o que significou a emergência dos movimentos camponeses (no Brasil). A CLT não reconhecia os trabalhadores do campo. Eles não tinham direito à sindicalização. Na Constituinte de 1945, os grandes proprietários se bateram pela aprovação de um “Código Rural”, que deixaria nas mãos dos proprietários a regulamentação do trabalho nas fazendas. Felizmente, não foi aprovada. Mas um sub-projeto seu, a criação do “Serviço Social Rural” (SSR), já na segunda metade dos anos 50, não abriu espaço como no caso do SESC, do SESI, etc. para a participação dos trabalhadores rurais – quem participava e encabeçava o Serviço era “a classe rural”, representada pela CRB (Confederação Rural Brasileira), o órgão patronal que se transformaria na CNA (Confederação Nacional da Agricultura). Os latifundiários não reconheciam o termo camponês e mesmo “trabalhador rural” aparecia muito esporadicamente. Falavam de rurícola e de uma série de outros termos. Se contava uma piada de um latifundiário pernambucano que dizia que “na minha terra não tem camponês, na minha terra só tem caboclo”. Então, essa luta para ter uma identidade própria e tantos direitos quanto os outros setores de trabalhadores, por parte de uma classe que era majoritária no país, realmente mudou o Brasil. E a ditadura,

apesar de toda a repressão não conseguiu desmontar essa conquista.

RC: (Francisco) Julião falava de levar a Revolução Francesa para o campo.

MP: Pois é, o pessoal não conseguia enxergar o alcance disso. Chegou 1964 e essas lutas seguiram. Muita gente esquece que persistiram os conflitos por terra e pelos direitos, apesar de toda repressão. Muitos dos conflitos, que até recentemente estavam de pé, vêm dos anos 1950. Os trabalhadores mantiveram suas reivindicações. Outros foram surgindo em plena ditadura, em diferentes regiões do país, com os trabalhadores sendo mobilizados através dos sindicatos ou de outras organizações, que se multiplicariam nos anos 80, como o MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens. A coisa importante é você conseguir enxergar o que isso significou. Há muita gente que vê a coisa muito pontualmente. Eu acho difícil imaginar o Brasil hoje se não tivesse havido essa luta, porque foi essa luta que levou ao Estatuto do Trabalhador Rural, ao Estatuto da Terra e a todas as conquistas posteriores.

RC: Na introdução que você e Marcio Goldman escreveram para o livro organizado por ambos e intitulado *Antropologia, Voto e Representação Política*, vocês dizem que um dos interesses desse trabalho é “evitar as abordagens puramente negativas” da política. Como conciliar o entendimento do que há de específico e de positivo na política com um discurso crítico sobre a ausência da cidadania no campo?

MP: Pois é, eu acho que esse é o grande desafio, porque se criou no Brasil

uma imagem, que não é inteiramente inadequada, a respeito, por exemplo, do coronelismo, do clientelismo. Eu acho que há coisas absolutamente importantes e que a gente não considerou convincentemente. Por exemplo, o Vitor Nunes Leal, que é umas das grandes referências, mostra uma coisa que os antropólogos americanos foram colocar no final dos anos cinquenta, ao pensar a mediação exercida pelo coronel. Ele, quando vai pensar essa mediação, chama atenção que esta em jogo, em primeiro lugar, o próprio Estado. O peso dos coronéis não está tanto no poder que vem de baixo, nessa patronagem, no sentido que os antropólogos davam há uns anos atrás, mas sim no fato de que ele funciona como um mediador com o Estado. Ele está mostrando que o que está em jogo nessa mediação não é só a expressão do poder do latifundiário lá (no plano local), mas é também administrar os recursos que o Estado fornece a cada uma dessas localidades, ser o intermediário.

Eu estava lá na Contag e houve uma decisão do movimento sindical de participar das eleições, lançando candidatos para as constituintes estadual e federal em 1986. Foram lançados candidatos em, praticamente, todos os estados. Quando vieram os resultados, apenas um, que já fazia política antes, no Rio Grande do Sul, se elegeu. Então, foi feita uma reunião enorme em Brasília com os candidatos e com os sindicatos aos quais estavam vinculados. Para mim foi uma coisa muito marcante. Foi em cima disso que parti para esse trabalho (sobre a política) junto com a Beatriz (Heredia), ela no Rio Grande do Sul e eu em Pernambuco. Ficou claro que mais importante do que o voto é a declaração antecipada de voto. Um cartaz na porta da casa significa que

aquela casa aderiu àquela candidatura. Então, aquilo é um compromisso público. Tem que declarar abertamente em quem está votando. A vida do lugar é completamente transformada naquele período de eleições. A frequência dos bares muda, bar que é partido A, bar que é partido B. É preciso entender isso por dentro, perceber qual é a sua lógica. Outros colegas se depararam com isso, com o chamado “tempo da política”, onde está em jogo, mais do que a escolha de um candidato, uma espécie de redefinição dos “lados” em que a coletividade se vê dividida. Aquele é o momento considerado legítimo para que alguém confirme o seu pertencimento ou torne pública uma mudança de lado. Essa mudança, entre duas eleições, mesmo havendo conflitos efetivos, é uma coisa que é altamente censurada.

A eleição não tem a ver apenas com a dimensão propriamente eleitoral de eleger o candidato A ou B. Acho que é difícil pensar em como intervir na política ou mudar os costumes políticos se a gente não consegue visualizar como isso funciona. O pessoal do PT estava com dificuldade de se instalar no interior do Rio Grande do Sul, porque eles mantinham os comitês, os diretórios partidários ativos e abertos todo o ano. Então, eles eram acusados de estarem trazendo divisão para dentro da comunidade. As eleições eram o momento das divergências serem explicitadas e resolvidas. Fora daí, política era vista como coisa de político. Então, eu acho que quando a gente fala em reformas políticas é importante ver o que significam a eleição, as eleições municipais, a mudança de partido, etc. Vale a pena você tentar ver como, na prática, essas coisas se dão.

RC: Em que medida a dicotomia entre o “rural” e o “urbano” serviu como um instrumento heurístico para suas pesquisas e até que ponto essa dicotomia se colocou ou passou a se colocar como um obstáculo epistemológico?

MP: - Olha, essa história do rural e urbano, acho que é uma pergunta muito consistente, porque isso demorou muito a ser abordado de uma maneira produtiva. Sempre me chocou, por exemplo, a leitura que se fazia do (Robert) Redfield, com a história do *continuum folk* - urbano. Num primeiro momento, ele pensou numa coisa quase linear, do mais ao menos *folk*, do menos ao mais urbano; depois ele diversifica isso em várias dimensões de um modelo abstrato. Então, cada aldeia daquelas, cada aglomeração daquelas que ele fosse estudar, ele poderia pontuar com relação a tal elemento, se estaria mais próximo do que seria urbano, e foi tentando trabalhar por aí, o que na época já era um avanço. Mas depois, já no início dos anos 50, com aquele (livro intitulado) O Mundo Primitivo e Suas Transformações, ele dá uma quebrada em tudo isso que ele tinha dito antes e vai chamar a atenção que a coisa crucial é a relação campo-cidade. Não há camponês sem cidade. Ele vai pensar camponeses por oposição à cidade, em termos relacionais.

Para nossos estudos foi uma coisa realmente decisiva pensar a relação entre campo e cidade. É só uma indicação. Evidentemente, em cada situação concreta, essa relação se coloca de um modo diverso. Por exemplo, você vai para uma cidade lá nos cafundós do Judas, lá no sertão do Pernambuco ou da Paraíba, sei lá onde, o pessoal quando vai se referir a quem não mora na cidade diz que está na roça, no campo. Essa contraposição está

nas formulações da própria população. Tentar pensar relacionalmente essas coisas é extremamente importante. Quer dizer, significa também que essa oposição também tem sentido para essas populações. É uma oposição que você encontra presente no Brasil, a julgar por vários estudos feitos aqui, e em muitos lugares no mundo também está presente. Essas fronteiras entre rural e urbano são construídas socialmente e o próprio Estado tenta regulá-las.

NOTAS

¹Bolsista de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA).